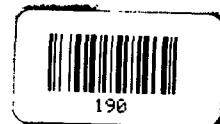


CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI



ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO Nº 059/94

PROJETO Nº 056/94

de Lei

INTERESSADO

Prefeitura Municipal de Itapevi

ASSUNTO

"Dispõe sobre a política de atendimento dos
direitos da criança e do adolescente no
Município de Itapevi e dá providências
correlatas."

Lei 1229/94



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

MENSAGEM Nº 036/94

Itapevi, 24 de novembro de 1994

Senhor Presidente,

Por intermédio desta, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para que seja submetido à elevada apreciação dessa Egrégia Câmara, o incluso Projeto de Lei, que dispõe sobre a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente no Município de Itapevi e dá providências correlatas.

A propositura tem por finalidade cumprir o ordenamento legal em vigor relativo à matéria, possibilitando efetiva atuação do Município no atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Para tanto, esclareço que a Lei 1.106, de 30 de novembro de 1992, hoje em vigor, não forneceu os subsídios legais necessários para implantação de programas na área, ou seja, a exemplo, determinou que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deveria gerir o fundo municipal dos direitos da criança e do adolescente (inciso II do art. 8º), bem como as receitas que constituiriam tal fundo (Parágrafo único do art. 8º), deixando, porém, de promover a necessária criação desse fundo monetário.

Certamente a ausência da criação do fundo monetário referido poderia ser suprida por Lei nova específica para tanto, não fosse o aspecto redacional de difícil compreensão apresentado pelo referido texto legal, que se apresenta disposto de forma a dificultar o imediato entendimento, fato que se mostra extremamente contrário ao interesse da comunidade, bem como às regras em vigor para elaboração de legislação.

Creio, ainda, que o Conselho Municipal, aqui denominado CODICAMI, deverá ser composto por oito (08) membros, e não dezoito (18), como determina a Lei em vigor, o que tornaria disperso o trabalho realizado, visto que este



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

deverá atuar em face de uma única área. A orientação federal existente, para que o Conselho Tutelar, denominado COTUDICAMI, seja composto por somente cinco (05) membros, confirma esta interpretação.

Em decorrência do exposto, optei pela reformulação integral do texto legal existente no Município, de forma a gerar Lei que permita tanto a real execução dos programas estabelecidos quanto a imediata compreensão por parte da comunidade, e, conseqüentemente, a efetiva participação desta.

Considerando urgente a implantação da política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, solicito seja a apreciação da propositura realizada no menor espaço de tempo possível, conforme prerrogativa concedida pelo disposto no art. 35 da Lei Orgânica do Município.

Sendo o que se apresenta, subscrevo-me, reiterando, na oportunidade, a Vossa Excelência e Ilustres Pares, meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,


JOAO CARLOS CAMEZ
Prefeito

RECEBEMOS
25 / 11 / 94


SECRETARIA

Excelentíssimo Senhor
VALTER FRANCISCO ANTONIO
DD. Presidente da Câmara Municipal de
Itapevi-SP.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES 01 e 02 AO PROJETO DE LEI 56/94

SENHOR PRESIDENTE;

Quanto ao aspecto legal, nada a opor

Quanto ao mérito, a propositura visa proceder a regularização da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente no Município de Itapevi, sendo, portanto, altamente louvável.

É o parecer.

Sala das Sessões Bemvindo Moreira Nery, 29 de novembro de 1994.

COMISSÃO 01

Hermogenez José Sant'Anna

João Ferreira do Monte

Maria Ruth Banholzer

Lafaiete Rodrigues

Jair Francisco de Souza

COMISSÃO 02

Laerte Casagrande

Sérgio Montanheiro

Geone Xavier Pereira

Manoel Viana Filho

Vital Ponciano dos Reis



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI Nº 056/94

Dispoe sobre a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente no Município de Itapevi e dá providências correlatas)

JOAO CARLOS CAMEZ, Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPITULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre a política municipal de atendimento à criança e ao adolescente, assegurando proteção integral, com absoluta prioridade, do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, e colocando a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Art. 2º - A política municipal de atendimento aos direitos da criança e do adolescente será realizada em conformidade com a legislação federal e estadual atinente à matéria e, especial e supletivamente, pelas diretrizes estabelecidas pela presente norma legal.

Parágrafo Único - No cumprimento das diretrizes estabelecidas levar-se-á em conta os fins sociais a que se dirigem, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

Art. 3º - A garantia de pleno desenvolvimento da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente no Município estará centralizada na atuação de pessoas participantes dos órgãos denominados CODICAMI - Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Itapevi



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

e **COTUDICAMI - Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Itapevi**, na forma estabelecida nesta Lei.

CAPITULO II

Seção I

Do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Itapevi - CODICAMI

Art. 4º - Fica criado o CODICAMI - Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Itapevi, órgão de caráter deliberativo e controlador das ações relativas à criança e ao adolescente em todos os níveis, integrante do conjunto de atribuições do Poder Executivo.

Art. 5º - O suporte técnico-administrativo-financeiro necessário ao funcionamento do CODICAMI será fornecido pela Secretaria de Promoção Social do Município, em cuja dotação orçamentária será consignada a verba necessária.

Parágrafo 1º - O suporte técnico-administrativo-financeiro compreende o fornecimento de infraestrutura básica indispensável (local para realização de reuniões, equipamento, material e cessão de funcionários da Secretaria, em número suficiente à realização dos trabalhos e execução das determinações do Conselho).

Parágrafo 2º - O Chefe do Executivo poderá, a qualquer tempo, por Decreto, modificar a competência para fornecimento de suporte técnico-administrativo-financeiro, delegando-a a outro órgão executivo de sua escolha.

Art. 6º - Compete ao CODICAMI:

I - Elaborar as normas da política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, observado o disposto no art. 2º desta Lei, propondo ao Poder Executivo a adoção das normas que tenham caráter jurídico-legislativo, para aprovação e providências necessárias;

II - Zelar pela aplicação da política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

III - Dar apoio aos órgãos municipais e entidades não-governamentais para tornar efetivos os princípios, as diretrizes e os direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990), bem como para correta execução e atendimento das demais normas legais atinentes à matéria, inclusive aquelas de alçada estadual e municipal;

IV - Acompanhar o ordenamento institucional, propondo, sempre que necessário, modificações nas estruturas públicas e privadas destinadas ao atendimento da criança e do adolescente;

V - Apoiar a promoção de campanhas educativas sobre os direitos da criança e do adolescente, com a indicação das medidas a serem adotadas nos casos de atentado ou violação desses direitos;

VI - Acompanhar a elaboração e a execução da proposta orçamentária do Município, indicando modificações necessárias à consecução da política formulada para a promoção dos direitos da criança e do adolescente;

VII - Gerir o fundo de que trata o Capítulo III desta Lei, fixando os critérios para sua utilização;

VIII - Manter contato permanente com o CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, criado pela Lei Federal nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, bem como com a Secretaria da Criança, Família e Bem-Estar Social do Governo do Estado de São Paulo, ou, ainda, com órgãos das respectivas alçadas que eventualmente substituam os mencionados acima, de forma a promover, por intermédio de convênio ou repasse de verbas, implantação ou implementação de programas sócio-educativos e de assistência às crianças e aos adolescentes, indicando ao Poder Executivo Municipal as medidas necessárias para consecução do objetivo.

Art. 7º - O CODICAMI será composto por oito (08) membros, designados Conselheiros, e respectivos suplentes, de forma paritária entre representantes do Executivo Municipal e de organizações privadas representativas de participação popular, sendo:

I - Um (01) representante da Secretaria de Promoção Social do Município;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

II - Um (01) representante da Secretaria de Saúde do Município;

III - Um (01) representante da Secretaria de Negócios Jurídicos do Município;

IV - Um (01) representante da Secretaria de Educação e Cultura do Município;

V - Um (01) representante de Instituição de Ensino sem fins lucrativos instalada no Município e reconhecida oficialmente;

VI - Um (01) representante de Instituição Filantrópica de atendimento a menores instalada no Município e reconhecida oficialmente;

VII - Um (01) representante de Associação de Moradores do Município, reconhecida oficialmente;

VIII - Um (01) representante de Associação Comercial/Empresarial sediada no Município, reconhecida oficialmente.

Parágrafo 1º - Os Conselheiros representantes das Secretarias Municipais serão indicados e designados pelo Chefe do Executivo, por Portaria, dentre pessoas com poderes de decisão no âmbito do respectivo órgão.

Parágrafo 2º - Os Conselheiros representantes da sociedade serão indicados, respectivamente, pelo responsável maior pela instituição a que estiverem vinculados, ao Chefe do Executivo, que efetivará as nomeações por Portaria.

Parágrafo 3º - A cada membro indicado corresponderá a indicação de um (01) suplente.

Art. 8º - A função de membro do CODICAMI é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

Art. 9º - Os membros do CODICAMI e os respectivos suplentes exercerão mandato de dois (02) anos, sendo admitida uma única recondução, por igual período.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 10 - O Chefe do Poder Executivo nomeará o Presidente do primeiro **CODICAMI**, dando-lhe posse por ocasião da instalação deste.

Parágrafo 1º - Ao Presidente nomeado caberá empossar os demais Conselheiros, bem como transferir a posse por ocasião do término de seu mandato, conforme normas a serem estabelecidas em regimento interno.

Parágrafo 2º - Ao Presidente nomeado caberá, ainda, a condução dos trabalhos para eleição da primeira Mesa Diretora, composta com observação do princípio de paridade determinado pelo art. 4º desta Lei.

Parágrafo 3º - A Mesa Diretora eleita terá mandato de dois (02) anos, coincidente em seu termo com o mandato do próprio Conselho.

Seção II

Do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Itapevi - COTUDICAMI

Art. 11 - Fica criado o **COTUDICAMI - Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Itapevi**, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990), especialmente quanto às atribuições que lhe são conferidas pelo disposto no art. 136 do referido Estatuto.

Parágrafo único - No cumprimento de suas atribuições, ao **COTUDICAMI** compete, ainda, executar as normas legais estabelecidas em legislação estadual e municipal, primordialmente aquelas emanadas do **CODICAMI**.

Art. 12 - O **COTUDICAMI** será composto por cinco (05) membros, eleitos pela comunidade para mandato de três (03) anos, permitida uma reeleição.

Art. 13 - Para candidatura a membro do **COTUDICAMI** serão exigidos os seguintes requisitos:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

- I - Reconhecida idoneidade moral;
- II - Idade superior a vinte e um (21) anos;
- III - residir no Município.

Art. 14 - São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

Parágrafo Único - estende-se o impedimento do Conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na Comarca, Foro regional ou Distrital.

Art. 15 - O COTUDICAMI terá sede na Secretaria de Promoção Social do Município, em sala própria, sendo o atendimento realizado em conformidade com o expediente normal daquela Secretaria.

Art. 16 - O suporte técnico-administrativo-financeiro necessário ao funcionamento do COTUDICAMI será fornecido pela Secretaria de Promoção Social do Município, em cuja dotação orçamentária será consignada a verba necessária.

Parágrafo 1º - O suporte técnico-administrativo-financeiro para o COTUDICAMI compreende o fornecimento da infra-estrutura básica indispensável (sala para atendimento, equipamento, material e funcionários, em número suficiente à execução dos serviços internos, à critério da Secretaria Municipal, considerada a necessidade verificada, bem como para execução de serviços externos, exceto aqueles de competência exclusiva de membro do COTUDICAMI).

Parágrafo 2º - O Chefe do Executivo poderá, a qualquer tempo, por Decreto, modificar a competência para fornecimento de suporte técnico-administrativo-financeiro, delegando-a a outro órgão executivo de sua escolha.

Art. 17 - O Poder Executivo, nos termos do art. 134 da Lei Federal 8.069/90, poderá fixar remuneração ou gratificação aos membros do COTUDICAMI, atendidos os critérios de conveniência e oportunidade e tendo por base o tempo dedicado à função.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

Parágrafo 1º - A remuneração ou gratificação eventualmente fixada não gerará relação de emprego com a Municipalidade, devendo a mesma se situar na dotação orçamentária da Secretaria, na verba reservada ao **COTUDICAMI**, conforme art. 16 desta Lei.

Parágrafo 2º - Sendo o membro funcionário público municipal, fica-lhe facultado, em caso de eventual remuneração ou gratificação, optar pelos vencimentos e vantagens de seu cargo, vedada a acumulação de vencimentos.

Art. 18 - O processo para a escolha dos membros do **COTUDICAMI**, nos termos do art. 139 da Lei Federal nº 8.069/90, com a redação fornecida pela Lei 8.242/91, será estabelecido em Lei Municipal e realizado sob a responsabilidade do **CODICAMI**, com fiscalização por parte do Ministério Público.

Parágrafo Único - O Poder Executivo encaminhará Projeto de Lei relativo ao processo a que se refere o **caput** do presente artigo após a instalação do **CODICAMI**, em conformidade com a previsão constante das Disposições Transitórias desta Lei, a fim de possibilitar a participação do **CODICAMI** nas diretrizes necessárias à escolha dos membros do **COTUDICAMI**.

CAPITULO III

DO FUNDO MUNICIPAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE DE ITAPEVI - FUNCAI

Art. 19 - Fica instituído o Fundo Municipal para a Criança e o Adolescente de Itapevi - **FUNCAI**.

Art. 20 - Constituirão receitas do **FUNCAI**:

I - Dotação destinada à **Secretaria de Promoção Social do Município**, ou, se for o caso, ao órgão executivo designado por modificação do Chefe do Executivo, para suporte técnico-administrativo-financeiro do **CODICAMI**, nos termos do art. 5º desta Lei, e do **COTUDICAMI**, conforme art. 16 desta Lei;

II - Recursos provenientes dos Conselhos Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

III - Doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados, observado o disposto no art. 260 da Lei Federal nº 8.069/90, com a redação fornecida pela Lei 8.242/91;

IV - Valores repassados pela União e pelo Estado ao Município, provenientes de multas decorrentes de condenações ou ações civis ou de imposição de penalidades administrativas aplicadas no Município de Itapevi, previstas na Lei Federal nº 8.069/90;

V - Contribuições dos governos e organismos nacionais e internacionais;

VI - Rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capitais;

VII - Outros recursos que lhe forem destinados.

Art. 21 - A gestão financeira dos recursos do FUNCAI será realizada pela **Secretaria de Finanças do Município**, em conformidade com os critérios estabelecidos pelo CODICAMI, conforme consta do inciso VII do art. 6º desta Lei.

Parágrafo 1º - A gestão a que se refere o caput deste artigo, realizada pela **Secretaria de Finanças do Município**, será sempre suplementar, com o auxílio técnico necessário, à gestão efetuada pelo CODICAMI, inclusive, se requisitado, pela aplicação dos recursos do FUNCAI eventualmente disponíveis, com reversão a este de seus rendimentos.

Parágrafo 2º - A **Secretaria de Finanças do Município** regulamentará a comprovação das doações feitas ao FUNCAI, nos termos do art. 260 da Lei Federal nº 8.069/90, com a redação fornecida pela Lei 8.242/91.

Art. 22 - Na gestão do FUNCAI, o CODICAMI deverá primar pelo atendimento das necessidades do CODICAMI, de forma que possa o órgão, na qualidade de executor das medidas de proteção aos direitos da criança e do adolescente, providenciar, primordialmente, amparo, abrigo, alimentação e vestuário à criança ou adolescente localizado em estado de necessidade, por si ou através de entidade idônea de proteção ao menor, fornecendo a verba necessária, quando existente, ou solicitando auxílio especial ou Poder Executivo, na inexistência de verba.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

CAPITULO IV

DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 23 - O Poder Executivo providenciará, no prazo de trinta (30) dias da publicação desta Lei, as medidas necessárias à composição do **CODICAMI**, efetivando as designações e nomeações dos respectivos Conselheiros, na forma do art. 7º desta Lei.

Art. 24 - No prazo de trinta (30) dias da instalação e posse do **CODICAMI**, deverá este elaborar seu Regimento Interno, apresentando-o ao Chefe do Executivo Municipal, que fará a aprovação por Decreto.

Art. 25 - Publicado o Decreto de aprovação do Regimento Interno do **CODICAMI**, o Poder Executivo deverá, no prazo de trinta (30) dias, contado dessa publicação, apresentar Projeto de Lei relativo ao processo para escolha dos membros do **COTUDICAMI**, a que se refere o art. 18 da presente Lei, atuando, na propositura, em conjunto com os membros do **CODICAMI**, no que couber.

Parágrafo único - Do Projeto de Lei deverá constar prazo para instalação, elaboração do Regimento Interno do **COTUDICAMI**, por seus membros e sob aprovação por Decreto do Executivo, e início das atividades.

CAPITULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26 - As despesas para execução desta Lei correrão por conta de verba própria, constante do orçamento vigente, suplementada se necessário.

Art. 27 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 28 - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 1.106, de 30 de novembro de 1992.

Itapevi, 24 de novembro de 1994

JOAO CARLOS CAMEZ
Prefeito

SERGIO BOSSAM
Secretário de Negócios Jurídicos



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

A U T O G R A F O Nº 054/94

(Projeto de Lei nº 056/94 - DO EXECUTIVO)

A CAMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI, usando das atribuições que lhe são conferidas, Aprova a seguinte Lei:

Dispõe sobre a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente no Município de Itapevi e dá providências correlatas)

CAPITULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre a política municipal de atendimento à criança e ao adolescente, assegurando proteção integral, com absoluta prioridade, do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, e colocando a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Art. 2º - A política municipal de atendimento aos direitos da criança e do adolescente será realizada em conformidade com a legislação federal e estadual atinente à matéria e, especial e supletivamente, pelas diretrizes estabelecidas pela presente norma legal.

Parágrafo único - No cumprimento das diretrizes estabelecidas levar-se-á em conta os fins sociais a que se dirigem, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

Art. 3º - A garantia de pleno desenvolvimento da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente no Município estará centralizada na atuação de pessoas participantes dos órgãos denominados CODICAMI - Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Itapevi



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

e COTUDICAMI - Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Itapevi, na forma estabelecida nesta Lei.

CAPITULO II

Seção I

Do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Itapevi - CODICAMI

Art. 4º - Fica criado o CODICAMI - Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Itapevi, órgão de caráter deliberativo e controlador das ações relativas à criança e ao adolescente em todos os níveis, integrante do conjunto de atribuições do Poder Executivo.

Art. 5º - O suporte técnico-administrativo-financeiro necessário ao funcionamento do CODICAMI será fornecido pela Secretaria de Promoção Social do Município, em cuja dotação orçamentária será consignada a verba necessária.

Parágrafo 1º - O suporte técnico-administrativo-financeiro compreende o fornecimento de infraestrutura básica indispensável (local para realização de reuniões, equipamento, material e cessão de funcionários da Secretaria, em número suficiente à realização dos trabalhos e execução das determinações do Conselho).

Parágrafo 2º - O Chefe do Executivo poderá, a qualquer tempo, por Decreto, modificar a competência para fornecimento de suporte técnico-administrativo-financeiro, delegando-a a outro órgão executivo de sua escolha.

Art. 6º - Compete ao CODICAMI:

I - Elaborar as normas da política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, observado o disposto no art. 2º desta Lei, propondo ao Poder Executivo a adoção das normas que tenham caráter jurídico-legislativo, para aprovação e providências necessárias;

II - Zelar pela aplicação da política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente:



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

III - Dar apoio aos órgãos municipais e entidades não-governamentais para tornar efetivos os princípios, as diretrizes e os direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990), bem como para correta execução e atendimento das demais normas legais atinentes à matéria, inclusive aquelas de alçada estadual e municipal;

IV - Acompanhar o ordenamento institucional, propondo, sempre que necessário, modificações nas estruturas públicas e privadas destinadas ao atendimento da criança e do adolescente;

V - Apoiar a promoção de campanhas educativas sobre os direitos da criança e do adolescente, com a indicação das medidas a serem adotadas nos casos de atentado ou violação desses direitos;

VI - Acompanhar a elaboração e a execução da proposta orçamentária do Município, indicando modificações necessárias à consecução da política formulada para a promoção dos direitos da criança e do adolescente;

VII - Gerir o fundo de que trata o Capítulo III desta Lei, fixando os critérios para sua utilização;

VIII - Manter contato permanente com o CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, criado pela Lei Federal nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, bem como com a Secretaria da Criança, Família e Bem-Estar Social do Governo do Estado de São Paulo, ou, ainda, com órgãos das respectivas alçadas que eventualmente substituam os mencionados acima, de forma a promover, por intermédio de convênio ou repasse de verbas, implantação ou implementação de programas sócio-educativos e de assistência às crianças e aos adolescentes, indicando ao Poder Executivo Municipal as medidas necessárias para consecução do objetivo.

Art. 7º - O CODICAMI será composto por oito (08) membros, designados Conselheiros, e respectivos suplentes, de forma paritária entre representantes do Executivo Municipal e de organizações privadas representativas de participação popular, sendo:

I - Um (01) representante da Secretaria de Promoção Social do Município;



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

II - Um (01) representante da Secretaria de Saúde do Município;

III - Um (01) representante da Secretaria de Negócios Jurídicos do Município;

IV - Um (01) representante da Secretaria de Educação e Cultura do Município;

V - Um (01) representante de Instituição de Ensino sem fins lucrativos instalada no Município e reconhecida oficialmente;

VI - Um (01) representante de Instituição Filantrópica de atendimento a menores instalada no Município e reconhecida oficialmente;

VII - Um (01) representante de Associação de Moradores do Município, reconhecida oficialmente;

VIII - Um (01) representante de Associação Comercial/Empresarial sediada no Município, reconhecida oficialmente.

Parágrafo 1º - Os Conselheiros representantes das Secretarias Municipais serão indicados e designados pelo Chefe do Executivo, por Portaria, dentre pessoas com poderes de decisão no âmbito do respectivo órgão.

Parágrafo 2º - Os Conselheiros representantes da sociedade serão indicados, respectivamente, pelo responsável maior pela instituição a que estiverem vinculados, ao Chefe do Executivo, que efetivará as nomeações por Portaria.

Parágrafo 3º - A cada membro indicado corresponderá a indicação de um (01) suplente.

Art. 8º - A função de membro do CODICAMI é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

Art. 9º - Os membros do CODICAMI e os respectivos suplentes exercerão mandato de dois (02) anos, sendo admitida uma única recondução, por igual período.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 10 - O Chefe do Poder Executivo nomeará o Presidente do primeiro CODICAMI, dando-lhe posse por ocasião da instalação deste.

Parágrafo 1º - Ao Presidente nomeado caberá empossar os demais Conselheiros, bem como transferir a posse por ocasião do término de seu mandato, conforme normas a serem estabelecidas em regimento interno.

Parágrafo 2º - Ao Presidente nomeado caberá, ainda, a condução dos trabalhos para eleição da primeira Mesa Diretora, composta com observação do princípio de paridade determinado pelo art. 4º desta Lei.

Parágrafo 3º - A Mesa Diretora eleita terá mandato de dois (02) anos, coincidente em seu termo com o mandato do próprio Conselho.

Seção II

Do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Itapevi - COTUDICAMI

Art. 11 - Fica criado o COTUDICAMI - Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Itapevi, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990), especialmente quanto às atribuições que lhe são conferidas pelo disposto no art. 136 do referido Estatuto.

Parágrafo único - No cumprimento de suas atribuições, ao COTUDICAMI compete, ainda, executar as normas legais estabelecidas em legislação estadual e municipal, primordialmente aquelas emanadas do CODICAMI.

Art. 12 - O COTUDICAMI será composto por cinco (05) membros, eleitos pela comunidade para mandato de três (03) anos, permitida uma reeleição.

Art. 13 - Para candidatura a membro do COTUDICAMI serão exigidos os seguintes requisitos:



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

I - Reconhecida idoneidade moral;

II - Idade superior a vinte e um (21) anos;

III - residir no Município.

Art. 14 - São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

Parágrafo único - estende-se o impedimento do Conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na Comarca, Foro regional ou Distrital.

Art. 15 - O COTUDICAMI terá sede na Secretaria de Promoção Social do Município, em sala própria, sendo o atendimento realizado em conformidade com o expediente normal daquela Secretaria.

Art. 16 - O suporte técnico-administrativo-financeiro necessário ao funcionamento do COTUDICAMI será fornecido pela Secretaria de Promoção Social do Município, em cuja dotação orçamentária será consignada a verba necessária.

Parágrafo 1º - O suporte técnico-administrativo-financeiro para o COTUDICAMI compreende o fornecimento da infra-estrutura básica indispensável (sala para atendimento, equipamento, material e funcionários, em número suficiente à execução dos serviços internos, à critério da Secretaria Municipal, considerada a necessidade verificada, bem como para execução de serviços externos, exceto aqueles de competência exclusiva de membro do COTUDICAMI).

Parágrafo 2º - O Chefe do Executivo poderá, a qualquer tempo, por Decreto, modificar a competência para fornecimento de suporte técnico-administrativo-financeiro, delegando-a a outro órgão executivo de sua escolha.

Art. 17 - O Poder Executivo, nos termos do art. 134 da Lei Federal 8.069/90, poderá fixar remuneração ou gratificação aos membros do COTUDICAMI, atendidos os critérios de conveniência e oportunidade e tendo por base o tempo dedicado à função.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

Parágrafo 1º - A remuneração ou gratificação eventualmente fixada não gerará relação de emprego com a Municipalidade, devendo a mesma se situar na dotação orçamentária da Secretaria, na verba reservada ao COTUDICAMI, conforme art. 16 desta Lei.

Parágrafo 2º - Sendo o membro funcionário público municipal, fica-lhe facultado, em caso de eventual remuneração ou gratificação, optar pelos vencimentos e vantagens de seu cargo, vedada a acumulação de vencimentos.

Art. 18 - O processo para a escolha dos membros do COTUDICAMI, nos termos do art. 139 da Lei Federal nº 8.069/90, com a redação fornecida pela Lei 8.242/91, será estabelecido em Lei Municipal e realizado sob a responsabilidade do CODICAMI, com fiscalização por parte do Ministério Público.

Parágrafo único - O Poder Executivo encaminhará Projeto de Lei relativo ao processo a que se refere o caput do presente artigo após a instalação do CODICAMI, em conformidade com a previsão constante das Disposições Transitórias desta Lei, a fim de possibilitar a participação do CODICAMI nas diretrizes necessárias à escolha dos membros do COTUDICAMI.

CAPITULO III

DO FUNDO MUNICIPAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE DE ITAPEVI - FUNCAI

Art. 19 - Fica instituído o Fundo Municipal para a Criança e o Adolescente de Itapevi - FUNCAI.

Art. 20 - Constituirão receitas do FUNCAI:

I - Dotação destinada à Secretaria de Promoção Social do Município, ou, se for o caso, ao órgão executivo designado por modificação do Chefe do Executivo, para suporte técnico-administrativo-financeiro do CODICAMI, nos termos do art. 5º desta Lei, e do COTUDICAMI, conforme art. 16 desta Lei;

II - Recursos provenientes dos Conselhos Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

III - Doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados, observado o disposto no art. 260 da Lei Federal nº 8.069/90, com a redação fornecida pela Lei 8.242/91;

IV - Valores repassados pela União e pelo Estado ao Município, provenientes de multas decorrentes de condenações ou ações civis ou de imposição de penalidades administrativas aplicadas no Município de Itapevi, previstas na Lei Federal nº 8.069/90;

V - Contribuições dos governos e organismos nacionais e internacionais;

VI - Rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capitais;

VII - Outros recursos que lhe forem destinados.

Art. 21 - A gestão financeira dos recursos do FUNCAI será realizada pela **Secretaria de Finanças do Município**, em conformidade com os critérios estabelecidos pelo CODICAMI, conforme consta do inciso VII do art. 6º desta Lei.

Parágrafo 1º - A gestão a que se refere o caput deste artigo, realizada pela **Secretaria de Finanças do Município**, será sempre suplementar, com o auxílio técnico necessário, à gestão efetuada pelo CODICAMI, inclusive, se requisitado, pela aplicação dos recursos do FUNCAI eventualmente disponíveis, com reversão a este de seus rendimentos.

Parágrafo 2º - A **Secretaria de Finanças do Município** regulamentará a comprovação das doações feitas ao FUNCAI, nos termos do art. 260 da Lei Federal nº 8.069/90, com a redação fornecida pela Lei 8.242/91.

Art. 22 - Na gestão do FUNCAI, o CODICAMI deverá primar pelo atendimento das necessidades do COTUDICAMI, de forma que possa o órgão, na qualidade de executor das medidas de proteção aos direitos da criança e do adolescente, providenciar, primordialmente, amparo, abrigo, alimentação e vestuário à criança ou adolescente localizado em estado de necessidade, por si ou através de entidade idônea de proteção ao menor, fornecendo a verba necessária, quando existente, ou solicitando auxílio especial ou Poder Executivo, na inexistência de verba.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

CAPITULO IV

DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 23 - O Poder Executivo providenciará, no prazo de trinta (30) dias da publicação desta Lei, as medidas necessárias à composição do CODICAMI, efetivando as designações e nomeações dos respectivos Conselheiros, na forma do art. 7º desta Lei.

Art. 24 - No prazo de trinta (30) dias da instalação e posse do CODICAMI, deverá este elaborar seu Regimento Interno, apresentando-o ao Chefe do Executivo Municipal, que fará a aprovação por Decreto.

Art. 25 - Publicado o Decreto de aprovação do Regimento Interno do CODICAMI, o Poder Executivo deverá, no prazo de trinta (30) dias, contado dessa publicação, apresentar Projeto de Lei relativo ao processo para escolha dos membros do COTUDICAMI, a que se refere o art. 18 da presente Lei, atuando, na propositura, em conjunto com os membros do CODICAMI, no que couber.

Parágrafo Único - Do Projeto de Lei deverá constar prazo para instalação, elaboração do Regimento Interno do COTUDICAMI, por seus membros e sob aprovação por Decreto do Executivo, e início das atividades.

CAPITULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26 - As despesas para execução desta Lei correrão por conta de verba própria, constante do orçamento vigente, suplementada se necessário.

Art. 27 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 28 - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 1.106, de 30 de novembro de 1992.

Câmara Municipal de Itapevi, 30 de novembro de 1.994.

VALTER FRANCISCO ANTONIO
Presidente

NORMA LUCIA RIBEIRO DE SOUZA
1ª Secretária



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

017

LEI Nº 1.229, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1994

Dispoe sobre a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente no Município de Itapevi e dá providências correlatas)

JOAO CARLOS CAMEZ, Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPITULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre a política municipal de atendimento à criança e ao adolescente, assegurando proteção integral, com absoluta prioridade, do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, e colocando a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Art. 2º - A política municipal de atendimento aos direitos da criança e do adolescente será realizada em conformidade com a legislação federal e estadual atinente à matéria e, especial e supletivamente, pelas diretrizes estabelecidas pela presente norma legal.

Parágrafo único - No cumprimento das diretrizes estabelecidas levar-se-á em conta os fins sociais a que se dirigem, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

Art. 3º - A garantia de pleno desenvolvimento da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente no Município estará centralizada na atuação de pessoas participantes dos órgãos denominados CODICAMI - Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Itapevi



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

018

o COTUDICAMI - Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Itapevi, na forma estabelecida nesta Lei.

CAPITULO II

Seção I

Do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Itapevi - CODICAMI

Art. 4º - Fica criado o CODICAMI - Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Itapevi, órgão de caráter deliberativo e controlador das ações relativas à criança e ao adolescente em todos os níveis, integrante do conjunto de atribuições do Poder Executivo.

Art. 5º - O suporte técnico-administrativo-financeiro necessário ao funcionamento do CODICAMI será fornecido pela Secretaria de Promoção Social do Município, em cuja dotação orçamentária será consignada a verba necessária.

Parágrafo 1º - O suporte técnico-administrativo-financeiro compreende o fornecimento de infraestrutura básica indispensável (local para realização de reuniões, equipamento, material e cessão de funcionários da Secretaria, em número suficiente à realização dos trabalhos e execução das determinações do Conselho).

Parágrafo 2º - O Chefe do Executivo poderá, a qualquer tempo, por Decreto, modificar a competência para fornecimento de suporte técnico-administrativo-financeiro, delegando-a a outro órgão executivo de sua escolha.

Art. 6º - Compete ao CODICAMI:

I - Elaborar as normas da política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, observado o disposto no art. 2º desta Lei, propondo ao Poder Executivo a adoção das normas que tenham caráter jurídico-legislativo, para aprovação e providências necessárias;

II - Zelar pela aplicação da política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

019

III - Dar apoio aos órgãos municipais e entidades não-governamentais para tornar efetivos os princípios, as diretrizes e os direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990), bem como para correta execução e atendimento das demais normas legais atinentes à matéria, inclusive aquelas de alçada estadual e municipal;

IV - Acompanhar o ordenamento institucional, propondo, sempre que necessário, modificações nas estruturas públicas e privadas destinadas ao atendimento da criança e do adolescente;

V - Apoiar a promoção de campanhas educativas sobre os direitos da criança e do adolescente, com a indicação das medidas a serem adotadas nos casos de atentado ou violação desses direitos;

VI - Acompanhar a elaboração e a execução da proposta orçamentária do Município, indicando modificações necessárias à consecução da política formulada para a promoção dos direitos da criança e do adolescente;

VII - Gerir o fundo de que trata o Capítulo III desta Lei, fixando os critérios para sua utilização;

VIII - Manter contato permanente com o CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, criado pela Lei Federal nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, bem como com a Secretaria da Criança, Família e Bem-Estar Social do Governo do Estado de São Paulo, ou, ainda, com órgãos das respectivas alçadas que eventualmente substituam os mencionados acima, de forma a promover, por intermédio de convênio ou repasse de verbas, implantação ou implementação de programas sócio-educativos e de assistência às crianças e aos adolescentes, indicando ao Poder Executivo Municipal as medidas necessárias para consecução do objetivo.

Art. 7º - O CODICAMI será composto por oito (08) membros, designados Conselheiros, e respectivos suplentes, de forma paritária entre representantes do Executivo Municipal e de organizações privadas representativas de participação popular, sendo:

I - Um (01) representante da Secretaria de Promoção Social do Município;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

020

II - Um (01) representante da Secretaria de Saúde do Município;

III - Um (01) representante da Secretaria de Negócios Jurídicos do Município;

IV - Um (01) representante da Secretaria de Educação e Cultura do Município;

V - Um (01) representante de Instituição de Ensino sem fins lucrativos instalada no Município e reconhecida oficialmente;

VI - Um (01) representante de Instituição Filantrópica de atendimento a menores instalada no Município e reconhecida oficialmente;

VII - Um (01) representante de Associação de Moradores do Município, reconhecida oficialmente;

VIII - Um (01) representante de Associação Comercial/Empresarial sediada no Município, reconhecida oficialmente.

Parágrafo 1º - Os Conselheiros representantes das Secretarias Municipais serão indicados e designados pelo Chefe do Executivo, por Portaria, dentre pessoas com poderes de decisão no âmbito do respectivo órgão.

Parágrafo 2º - Os Conselheiros representantes da sociedade serão indicados, respectivamente, pelo responsável maior pela instituição a que estiverem vinculados, ao Chefe do Executivo, que efetivará as nomeações por Portaria.

Parágrafo 3º - A cada membro indicado corresponderá a indicação de um (01) suplente.

Art. 8º - A função de membro do CODICAMI é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

Art. 9º - Os membros do CODICAMI e os respectivos suplentes exercerão mandato de dois (02) anos, sendo admitida uma única recondução, por igual período.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

021

Art. 10 - O Chefe do Poder Executivo nomeará o Presidente do primeiro CODICAMI, dando-lhe posse por ocasião da instalação deste.

Parágrafo 1º - Ao Presidente nomeado caberá empossar os demais Conselheiros, bem como transferir a posse por ocasião do término de seu mandato, conforme normas a serem estabelecidas em regimento interno.

Parágrafo 2º - Ao Presidente nomeado caberá, ainda, a condução dos trabalhos para eleição da primeira Mesa Diretora, composta com observação do princípio de paridade determinado pelo art. 4º desta Lei.

Parágrafo 3º - A Mesa Diretora eleita terá mandato de dois (02) anos, coincidente em seu termo com o mandato do próprio Conselho.

Seção II

Do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Itapevi - COTUDICAMI

Art. 11 - Fica criado o COTUDICAMI - Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Itapevi, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990), especialmente quanto às atribuições que lhe são conferidas pelo disposto no art. 136 do referido Estatuto.

Parágrafo único - No cumprimento de suas atribuições, ao COTUDICAMI compete, ainda, executar as normas legais estabelecidas em legislação estadual e municipal, primordialmente aquelas emanadas do CODICAMI.

Art. 12 - O COTUDICAMI será composto por cinco (05) membros, eleitos pela comunidade para mandato de três (03) anos, permitida uma reeleição.

Art. 13 - Para candidatura a membro do COTUDICAMI serão exigidos os seguintes requisitos:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

022

- I - Reconhecida idoneidade moral;
- II - Idade superior a vinte e um.(21) anos;
- III - residir no Município.

Art. 14 - São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

Parágrafo único - estende-se o impedimento do Conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na Comarca, Foro regional ou Distrital.

Art. 15 - O COTUDICAMI terá sede na Secretaria de Promoção Social do Município, em sala própria, sendo o atendimento realizado em conformidade com o expediente normal daquela Secretaria.

Art. 16 - O suporte técnico-administrativo-financeiro necessário ao funcionamento do COTUDICAMI será fornecido pela Secretaria de Promoção Social do Município, em cuja dotação orçamentária será consignada a verba necessária.

Parágrafo 1º - O suporte técnico-administrativo-financeiro para o COTUDICAMI compreende o fornecimento da infra-estrutura básica indispensável (sala para atendimento, equipamento, material e funcionários, em número suficiente à execução dos serviços internos, à critério da Secretaria Municipal, considerada a necessidade verificada, bem como para execução de serviços externos, exceto aqueles de competência exclusiva de membro do COTUDICAMI).

Parágrafo 2º - O Chefe do Executivo poderá, a qualquer tempo, por Decreto, modificar a competência para fornecimento de suporte técnico-administrativo-financeiro, delegando-a a outro órgão executivo de sua escolha.

Art. 17 - O Poder Executivo, nos termos do art. 134 da Lei Federal 8.069/90, poderá fixar remuneração ou gratificação aos membros do COTUDICAMI, atendidos os critérios de conveniência e oportunidade e tendo por base o tempo dedicado à função.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

823

Parágrafo 1º - A remuneração ou gratificação eventualmente fixada não gerará relação de emprego com a Municipalidade, devendo a mesma se situar na dotação orçamentária da Secretaria, na verba reservada ao **COTUDICAMI**, conforme art. 16 desta Lei.

Parágrafo 2º - Sendo o membro funcionário público municipal, fica-lhe facultado, em caso de eventual remuneração ou gratificação, optar pelos vencimentos e vantagens de seu cargo, vedada a acumulação de vencimentos.

Art. 18 - O processo para a escolha dos membros do **COTUDICAMI**, nos termos do art. 139 da Lei Federal nº 8.069/90, com a redação fornecida pela Lei 8.242/91, será estabelecido em Lei Municipal e realizado sob a responsabilidade do **CODICAMI**, com fiscalização por parte do Ministério Público.

Parágrafo Único - O Poder Executivo encaminhará Projeto de Lei relativo ao processo a que se refere o **caput** do presente artigo após a instalação do **CODICAMI**, em conformidade com a previsão constante das Disposições Transitórias desta Lei, a fim de possibilitar a participação do **CODICAMI** nas diretrizes necessárias à escolha dos membros do **COTUDICAMI**.

CAPITULO III

DO FUNDO MUNICIPAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE DE ITAPEVI - FUNCAI

Art. 19 - Fica instituído o Fundo Municipal para a Criança e o Adolescente de Itapevi - **FUNCAI**.

Art. 20 - Constituirão receitas do **FUNCAI**:

I - Dotação destinada à **Secretaria de Promoção Social do Município**, ou, se for o caso, ao órgão executivo designado por modificação do Chefe do Executivo, para suporte técnico-administrativo-financeiro do **CODICAMI**, nos termos do art. 5º desta Lei, e do **COTUDICAMI**, conforme art. 16 desta Lei;

II - Recursos provenientes dos Conselhos Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

024

III - Doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados, observado o disposto no art. 260 da Lei Federal nº 8.069/90, com a redação fornecida pela Lei 8.242/91;

IV - Valores repassados pela União e pelo Estado ao Município, provenientes de multas decorrentes de condenações ou ações civis ou de imposição de penalidades administrativas aplicadas no Município de Itapevi, previstas na Lei Federal nº 8.069/90;

V - Contribuições dos governos e organismos nacionais e internacionais;

VI - Rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capitais;

VII - Outros recursos que lhe forem destinados.

Art. 21 - A gestão financeira dos recursos do FUNCAI será realizada pela **Secretaria de Finanças do Município**, em conformidade com os critérios estabelecidos pelo CODICAMI, conforme consta do inciso VII do art. 6º desta Lei.

Parágrafo 1º - A gestão a que se refere o caput deste artigo, realizada pela **Secretaria de Finanças do Município**, será sempre suplementar, com o auxílio técnico necessário, à gestão efetuada pelo CODICAMI, inclusive, se requisitado, pela aplicação dos recursos do FUNCAI eventualmente disponíveis, com reversão a este de seus rendimentos.

Parágrafo 2º - A **Secretaria de Finanças do Município** regulamentará a comprovação das doações feitas ao FUNCAI, nos termos do art. 260 da Lei Federal nº 8.069/90, com a redação fornecida pela Lei 8.242/91.

Art. 22 - Na gestão do FUNCAI, o CODICAMI deverá primar pelo atendimento das necessidades do CODUDICAMI, de forma que possa o órgão, na qualidade de executor das medidas de proteção aos direitos da criança e do adolescente, providenciar, primordialmente, amparo, abrigo, alimentação e vestuário à criança ou adolescente localizado em estado de necessidade, por si ou através de entidade idônea de proteção ao menor, fornecendo a verba necessária, quando existente, ou solicitando auxílio especial ou Poder Executivo, na inexistência de verba.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

025

CAPITULO IV

DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 23 - O Poder Executivo providenciará, no prazo de trinta (30) dias da publicação desta Lei, as medidas necessárias à composição do CODICAMI, efetivando as designações e nomeações dos respectivos Conselheiros, na forma do art. 7º desta Lei.

Art. 24 - No prazo de trinta (30) dias da instalação e posse do CODICAMI, deverá este elaborar seu Regimento Interno, apresentando-o ao Chefe do Executivo Municipal, que fará a aprovação por Decreto.

Art. 25 - Publicado o Decreto de aprovação do Regimento Interno do CODICAMI, o Poder Executivo deverá, no prazo de trinta (30) dias, contado dessa publicação, apresentar Projeto de Lei relativo ao processo para escolha dos membros do CODUDICAMI, a que se refere o art. 18 da presente Lei, atuando, na propositura, em conjunto com os membros do CODICAMI, no que couber.

Parágrafo Único - Do Projeto de Lei deverá constar prazo para instalação, elaboração do Regimento Interno do CODUDICAMI, por seus membros e sob aprovação por Decreto do Executivo, e início das atividades.

CAPITULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26 - As despesas para execução desta Lei correrão por conta de verba própria, constante do orçamento vigente, suplementada se necessário.

Art. 27 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

026

Art. 28 - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 1.106, de 30 de novembro de 1992.

Itapevi, 30 de novembro de 1994

JOAO CARLOS CAMEZ
Prefeito

SERGIO BOSSAM
Secretário de Negócios Jurídicos

Publicada, por afixação, no lugar de costume e registrada em livro próprio, na Prefeitura do Município de Itapevi, em 30 de novembro de 1994.

JORGE LUIZ PEREIRA DE ANDRADE
Chefe de Gabinete